

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMUNICADO GP Nº 05/2017

LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/03/2017

1) Processo: TC-005032.989.17-0

Relatora: Conselheira Cristiana de Castro Moraes. Representante: Alexandre Alves da Silva Representada: Prefeitura Municipal de Ilhabela

Autoridade Responsável: Márcio Batista Tenório (Prefeito)

Assunto: Exame Prévio do Edital de Pregão Presencial nº 007/2017 (Processo Administrativo nº 15.751-5/2016), promovido pela Prefeitura Municipal de Ilhabela, destinado ao registro de preços para contratação de

empresa especializada na prestação de serviço de controle de sinantrópicos.

Resumo da Decisão: Determinação de suspensão da licitação até ulterior deliberação deste Tribunal.

2) Processo: TC-004587.989.17-9

Relator: Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho. Representante: Injex Indústrias Cirúrgicas Ltda. Representada: Prefeitura Municipal de Guapiaçu

Autoridade Responsável: Carlos Cesar Zaitune (Prefeito)

Assunto: Exame Prévio do Edital de Pregão Presencial nº 005/17 (Processo nº 009/2017), promovido pela Prefeitura Municipal de Guapiaçu, destinado à aquisição de tiras reagentes e seringas descartáveis para Farmácia Municipal (UBS), conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. Resumo da Decisão: Determinação de suspensão da licitação até ulterior deliberação deste Tribunal.

3) Processo: TC-005033.989.17-9

Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis.

Representante: Alexandre Alves da Silva Representada: Prefeitura Municipal de Ilhabela

Autoridade Responsável: Márcio Batista Tenório (Prefeito)

Assunto: Exame Prévio do Edital de Pregão Presencial nº 006/2017 (Processo Administrativo nº 970-6/2017), promovido pela Prefeitura Municipal de Ilhabela, destinado ao registro de preços para aquisição de produtos

de lavanderia, limpeza e higiene hospitalar para uso no Hospital Mário Covas Júnior. Resumo da Decisão: Determinação de suspensão da licitação até ulterior deliberação deste Tribunal.

São Paulo, 08 de março de 2017.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PRESIDENTE

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

COMUNICADO GP Nº 05/2017

LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/03/2017 Processo: TC-005032.989.17-0

Relatora: Conselheira Cristiana de Castro Moraes. Representante: Alexandre Alves da Silva Representada: Prefeitura Municipal de Ilhabela Autoridade Responsável: Márcio Batista Tenório (Prefeito) Assunto: Exame Prévio do Edital de Pregão Presencial nº

007/2017 (Processo Administrativo nº 15.751-5/2016), promovido pela Prefeitura Municipal de Ilhabela, destinado ao registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de controle de sinantrópicos.

Resumo da Decisão: Determinação de suspensão da licitação até ulterior deliberação deste Tribunal.

Processo: TC-004587.989.17-9 Relator: Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho Representante: Iniex Indústrias Cirúrgicas Ltda. Representada: Prefeitura Municipal de Guapiacu Autoridade Responsável: Carlos Cesar Zaitune (Prefeito)

Assunto: Exame Prévio do Edital de Pregão Presencial nº 005/17 (Processo nº 009/2017), promovido pela Prefeitura Municipal de Guapiacu, destinado à aquisição de tiras reagentes e seringas descartáveis para Farmácia Municipal (UBS), conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência.

Resumo da Decisão: Determinação de suspensão da licitação até ulterior deliberação deste Tribunal.

Processo: TC-005033.989.17-9

Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Representante: Alexandre Alves da Silva Representada: Prefeitura Municipal de Ilhabela Autoridade Responsável: Márcio Batista Tenório (Prefeito)

Assunto: Exame Prévio do Edital de Pregão Presencial no 006/2017 (Processo Administrativo nº 970-6/2017), promovido pela Prefeitura Municipal de Ilhabela, destinado ao registro de preços para aquisição de produtos de lavanderia, limpeza e higiene hospitalar para uso no Hospital Mário Covas Júnior.

Resumo da Decisão: Determinação de suspensão da licitação até ulterior deliberação deste Tribunal. São Paulo, 08 de março de 2017.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO **PRESIDENTE**

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

PRESIDENCIA - PROCESSOS DISTRIBUIDOS -02/03 A 07/03 ***DISTRIBUICAO ALEATORIA E EQUITATIVA

***TIP: RECURSO ORDINARIO

***EXPEDIENTE: TC 62/006/17 INTERESSADO: JACQUES BARTOLOMEO SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRAVINHOS ADVOGADO(S): WESLON CHARLES DO NASCIMENTO

CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO ***EXPEDIENTE: TC 446/026/17

INTERESSADO: SERVICO AUTONOMO DE AGUAS E ESGOTO DE GUARULHOS

ADVOGADO(S): MILTON FLAVIO DE A.C.LAUTENSCHLAGER CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA ***EXPEDIENTE: TC 2612/026/17

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS ADVOGADO(S): EDMA DOS SANTOS SILVA

CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO ***EXPEDIENTE: TC 865/002/16

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LENCOIS PAU-

IZABEL CRISTINA CAMPANARI LORENZETTI: PREFEITA ADVOGADO(S): LEANDRO ORSI BRANDI CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA

PRESIDENCIA - PROCESSOS DISTRIBUIDOS -02/03 A 07/03 **DISTRIBUICAO POR PREVENCAO

***TIP: CONTRATO

***NUM. DA ORIGEM: 76/2011 - TC 692/018/11 PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS SCAMATTI & SELLER INFRA ESTRUTURA LTDA CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA

***TIP: PREST.CONTAS-REPASSES TERC.SETOR-CON-TRATO GESTAO

***TC 239/007/17

GABINETE DO COORDENADOR - GESTAO DE CONTRATOS SPDM-ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMEN-

CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA

***TC 222/007/17

SECRETARIA DA SAUDE

SERVICO SOCIAL DA CONSTRUCAO CIVIL DO ESTADO DE

CONSELHEIRO: EDGARD CAMARGO RODRIGUES

***TIP: PREST.CONTAS-REPASSES ORGAOS PUBL-CON-VENIO-VLR.SUP

***TC 48/010/17 SECRETARIA DA SAUDE UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS CONSELHEIRO: CRISTIANA DE CASTRO MORAES

***TIP: RECURSO ORDINARIO

***EXPEDIENTE: TC 1958/026/17 INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO LUIS ANTONIO PANONE: EX-PREFEITO DE DESCALVADO ADVOGADO(S): MARCELO PALAVERI CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADIN

**EXPEDIENTE: TC 1001/026/17

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CAETANO DO SUL

JOSE AURICCHIO JUNIOR: PREFEITO CONSELHEIRO: CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENCIA - PROCESSOS DISTRIBUIDOS -24/02 A 07/03 ***REDISTRIBUICAO DE PROCESSO

***TIP: CONTRATO

***NUM. DA ORIGEM: 651/2010 - TC 2932/003/11 PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANCA PAULISTA CITELUZ SERVICOS DE ILUMINACAO URBANA S/A CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO

***TIP: REVISAO DE JULGADO

***PROCESSO: TC 32612/026/14 INTERESSADO: IOAO EVANGELISTA PERFIRA CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI

PRESIDENCIA - PROCESSOS DISTRIBUIDOS e-TCESP 07/03 A 08/03

*PREVENTIVA

***TIP: ACOMPANHAMENTO EXECUCAO CONTRATUAL

***00005076.989.17-7

RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES **LUCCAS INAGUE RODRIGUES** JOSE LUCIO CAUNETO

CONSELHEIRO: DIMAS EDUARDO RAMALHO

***TIP: REPRESENTACAO CONTRA EDITAL

***00005046.989.17-4 BRUNO TIAGO DA SILVA BRANDINO PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULICEIA

CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO ***00005060 989 17-5 SPX SERVICOS DE IMAGEM LTDA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA

CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI **00005073 989 17-0 SIXPEL INFORMATICA E MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI CONSELHEIRO: ROBSON MARINHO

***TIP: CONTRATO

***00005049.989.17-1

NOVA ALIANCA TRANSPORTES E LOCACOES LTDA ME DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE MOGI DAS CRUZES SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ROSANIA MORALES MORRONI

CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES ***00005057.989.17-0

AUTO VIACAO CONDOR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE MOGI DAS CRUZES SECRETARIA DA EDUCACAO

ROSANIA MORALES MORRONI

CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES *00005058,989,17-9

AUTO VIACAO CONDOR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE MOGI DAS CRUZES SECRETARIA DA EDUCACAO

ROSANIA MORALES MORRONI

CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES *00005061.989.17-4

AUTO VIACAO CONDOR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE MOGI DAS CRUZES -SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

MARIA CRISTINA TERRONE DA CUNHA CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES

*00005062.989.17-3

AUTO VIACAO CONDOR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE MOGI DAS CRUZES SECRETARIA DA EDUCACAO

ROSANIA MORALES MORRONI CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES

*00005063 989 17-2 AUTO VIACAO CONDOR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE MOGI DAS CRUZES SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

MARIA CRISTINA TERRONE DA CUNHA CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES

***TIP: ADITAMENTO

***00005054.989.17-3

CONSORCIO INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTAL PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA JOSE MARCELO FERREIRA MARQUES CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA

**00005055.989.17-2 ARVEK TECNICA E CONSTRUCOES LTDA. PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA

CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA **00005056 989 17-1

CONSORCIO INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTAL PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA JOSE MARCELO FERREIRA MARQUES CONSELHEIRO: RENATO MARTINS COSTA

**00005067.989.17-8 FLAVIO ALIGUSTO REIS TRANSPORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA

AMARILDO GONCALVES CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES

**00005070.989.17-3 ENGCON ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO ORIVALDO RIZZATO

ARISTELL BALDIN CONSELHEIRO: EDGARD CAMARGO RODRIGUES ***00005071.989.17-2

ENGCON ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO ORIVALDO RIZZATO ARISTEU BALDIN

CONSELHEIRO: EDGARD CAMARGO RODRIGUES

***TIP: REPRESENTACAO

***00005047.989.17-3 CAMARA MUNICIPAL DE PIRANGI PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGI CONSELHEIRO: DIMAS EDUARDO RAMALHO

*00005053.989.17-4 SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARE

CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES *00005065.989.17-0 CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMAPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMAPOLIS CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENCIA - PROCESSOS DISTRIBUIDOS e-TCESP -07/03 A 08/03

***ALEATORIA

***TIP: REPRESENTAÇÃO CONTRA EDITAL

***00005072.989.17-1

AGNES APARECIDA DE SOUZA MAZER - ME PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL CONSELHEIRA: CRISTIANA DE CASTRO MORAES

***00005074.989.17-9 JOAQUIM VAZ DE LIMA NETO

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S/A - CEASA **CAMPINAS**

CONSELHEIRO: ANTONIO ROQUE CITADINI

DESPACHOS

DESPACHOS DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

TC 20697/026/11. Ação Rescisória relativa ao TC39/002/08.

PM de Araraquara. Interessado: Edson Antônio Edinho da Silva. Ref.: Expediente TC 10.171/026/16.

Visto. Defiro o requerido. Junte-se aos autos do TC 20697/026/11 o expediente. Ao Cartório para providenciar a jun tada e anotação do substabelecimento, nos moldes requeridos. Publique-se.

Processo TC 039/002/08.

Interessado: Edson Antônio Edinho Silva. Assunto: juntada de substabelecimento e pedido de vista.

Visto. Junte-se aos autos. O Cartório deverá providencia anotações voltadas a futuras intimações. Fica deferido o pedido de vista, em Cartório, pelo prazo de 10 dias. Findo tal período o processo deverá retomar sua marcha.

Proc.: 00018658.989.16-5.
Representante: CAMARA MUNICIPAL DE AMPARO. REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO. INTERESSADO(A): ROGERIO DELPHINO DE BRITTO CATANESE Assunto: Encaminha cópia de ofício encaminhado à Promotoria de Justiça de Amparo e documentos correlatos, através dos quais comunica eventuais irregularidades ocorridas no município de Amparo/SP, as quais resultariam no cerceamento e obstrução ao direito/dever do Vereador de fiscalizar os atos da Administração Municipal. Exercício: 2016. FISCALIZADO POR: UR-19 - DSF-II.

Vistos.

1. Em face das manifestações de Fiscalização (Evento 10 do TC-18658.989.16-5), que ensejam irregularidades envolvendo a Prefeitura Municipal de Amparo, assino aos responsáveis e demais interessados o prazo de 15 (quinze) dias para que tomem conhecimento de toda a instrução e apresentem documentos e contrarrazões, nos termos e para os efeitos do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

2. Outrossim, alerto aos responsáveis, que o não atendi mento às providências devidas, bem como a falta de informação a este Tribunal, no prazo acima fixado, sem causa justificada, poderá ensejar aplicação de multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Publique-se.

Proc.: 00005060.989.17-5.

Representante: SPX SERVICOS DE IMAGEM LTDA Advogado: ADRIANO RIBEIRO DA SILVA (OAB/SP 288.485) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA. Res ponsável: JOÃO BENEDICTO DE MELLO NETO - PREFEITO, Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão Presencial nº 07/2017, processo nº 1580/2017, do tipo menor preço, promovido pela Prefeitura Municipal de Ibiúna, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para realização de exames radiológicos, conforme estabelecido no Anexo I - Termo de Referência. Exercício: 2017.

Vistos. A representante acima identificada formula repre sentação, com pedido de suspensão liminar, em face do Pregão Presencial nº 07/2017 (processo nº 1580/2017), do tipo menor preço, promovido pela Prefeitura Municipal de Ibiúna, que tem por objeto a contratação de uma empresa especializada na prestação de servicos para realização de exames radiológi cos, conforme estabelecido no respectivo Anexo I - Termo de Referência, estando marcado o dia 09/03/2017 (amanhã) para entrega dos envelopes. Referida autora pede, em resumo, a suspensão liminar do certame, reclamando que o edital contém graves falhas, a serem sanadas ou anuladas, pois, a seu ver:

1º - não se exige das empresas participantes inscrição

junto ao CRTR – Conselho Regional de Técnicos em Radiologia. 2° - faltam outras exigências relativas à regularidade e condições de uso atestadas pelos órgãos competentes dos equipamentos a serem utilizados, bem como apresentação de contrato de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos firmado com pessoa jurídica compatível aos servicos licitados.

3º - Falta exigência de comprovação de registro junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES válido 4º - Falta exigência para apresentação do número de regis tro na ANVISA dos equipamentos e softwares fornecidos. Assim

relatado, decido, Tendo em vista que o presente foi a mim distribuído por enção em face do proc 1, também sob minha relatoria e que envolve impugnações contra o mesmo certame ora criticado, o qual, por sua vez, já se encontra suspenso de acordo com a decisão que proferi ontem naquele processo conexo e hoie foi referendada na sessão recém-realizada pelo E. Plenário, e considerando, ainda, a documentação correspondente e a urgência, reitero que a situação referida pode causar reais prejuízos ao correto desenvolvimento do certame, o que, portanto, também me leva a receber o pre sente caso como Exame Prévio, mantendo a suspensão da licitação em tela, até ulterior deliberação desta Corte. Fixo o prazo regimental de 48 (quarenta e oito) horas para que a Prefeitura representada apresente as demais justificativas e documentos que tiver sobre os pontos impugnados.

Publique-se. Proc.: 00005074.989.17-9.

Representante: JOAOUIM VAZ DE LIMA NETO. REPRESENTADO(A): CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAM-PINAS S/A - CEASA — CAMPINAS. Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão Presencial nº 001/2017, protocolo nº 2016/16/0940, do tipo menor preço, promovido pelas Centrais de Abastecimento de Campinas S/A CEASA/Campinas, que tem por objeto a contratação de empre sa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de Assistência Médica ou Seguro Saúde, para a prestação/ cobertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, na acomodação quarto individual/privativo e coletivo, aos funcionários da Ceasa/Campinas e seus dependentes, conforme condições estabelecidas no Memorial Descritivo (Anexo I) e Minuta de Contrato (Anexo II). Exercício: 2017.

Vistos. O senhor Joaquim Vaz de Lima Neto insurge-se contra o edital de Pregão Presencial nº 001/2017, que tem por objeto a contratação de empresa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de Assistência Médica ou Seguro Saúde, para a prestação/cobertura de serviços médico--hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia exames laboratoriais e demais servicos de apoio diagnóstico, na acomodação quarto individual/privativo e coletivo, aos funcionários da Ceasa/Campinas e seus dependentes. A data de abertura dos envelopes está marcada para o dia 09/03/2017. O Representante alega, em síntese, que o edital apresenta irregularidades porque a exigência de "15 hospitais e 15 laboratórios de análise e 15 laboratórios de imagem não tende os padrões do mercado de planos de saúde brasileiro, sendo que, caso mantida tal determinação somente vão participar do certame duas empresas". Reclama também que a indicação dos laboratórios pela Administração direciona o certame e contraria decisão proferida pelo TCU. Dessa forma. requer a suspensão do certame para consequente correção do edital. É o relatório.

DECIDO. Em que pesem as alegações do Representante, não é possível para a concessão da liminar e determinar a paralisação do certame. Nesta Corte existe o entendimento de que a determinação de paralisação de certames licitatórios, só é cabível quando constatada ilegalidade que prejudique a isonomia do certame ou capaz de determinar a eliminação de potencial concorrente. No presente caso, os argumentos trazidos não me convencem da necessidade de paralisação da licitação, uma vez que não foram apresentados documentos que comprovem a possível restritividade/direcionamento. Não obstante, deverá a Administração ao tomar conhecimento da impugnação apresentada, avaliar os questionamentos, e, se for o caso, adotar as providências cabíveis. Determino ainda que a fiscalização proceda com as anotações necessárias para subsidiar a fiscalização ordinária da Prefeitura. Assim sendo, indefiro o pedido e com fundamento no artigo 220, § 1º do Regimento Interno, determino o arquivamento do presente expediente, antes, porém, transitando para ciência do Ministério Público de Contas e pela UR/DF competente para conhecimento e devidas anotações.

Publique-se

Proc.: 00000500/989/16-5.

Interessado: Rubens Furlan, Prefeito Municipal de Barueri. ADVOGADOS: Dra. Maylise Rodrigues Santos OAB/SP nº 380.089 e Dr. Eduardo Leandro de Queiroz e Souza OAB/SP nº 109.013 e outros. Assunto: Prorrogação de prazo.

Defiro a prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias nos termos requeridos no evento 94, a contar da data da

Publique-se

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROOUE CITADINI Proc.: TC-002193/006/09.

Contratante: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Contratada: Leão Engenharia S.A. Interessados: Sr. Marco Antonio dos Santos, ex-Secretário Municipal de Administração e ao Sr. Abranche Fuad Abdo, Secretário Municipal de Obras. Em exame: Cumprimento de decisão proferida nos presentes autos. Não restando comprovado o recolhimento da multa aplicada ao Senhor Marco Antonio dos Santos, ex-Secretário Muni-

cipal de Administração de Ribeirão Preto, no valor de 300 UFESP's, ao Cartório para adotar as providências cabíveis no sentido de realização da inscrição do débito constituído no Sistema da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado, visando à cobrança judicial. Outrossim, considerando o recolhimento da multa imposta

por este Tribunal, cujo valor foi atestado pela Diretoria de Contabilidade e Finanças, dou guitação ao Sr. Abranche Fuad Abdo, Secretário Municipal de Obras de Ribeirão Preto, e autorizo a UR-6 a expedir a competente provisão de guitação.

Publique-se.

Proc.: TC-000414/001/11. Expediente: TC-005255/026/16.

Interessado: Instituto Wanda Porto. Advogados: Roberta Moraes Dias Benatti - OAB/SP 237.163 e Marcos Antonio Gaban Monteiro – OAB/SP 278.013. Assunto: pedido de vista dos autos após instrução.

Defiro vista dos autos pelo prazo de 5 (cinco) dias, devendo o Instituto interessado, no mesmo prazo, juntar o instrumento de procuração em nome dos advogados subscritores do acima referido expediente

Publique-se.

Proc.: TC-001281/013/13. Expediente: 004217/026/17.

Contratante: Prefeitura Municipal de Araraquara. Contratada: Atlântica Construções, Comércio e Serviços Ltda. Em exame: Concorrência nº 02/13 - Contrato 1419/13, de 12/11/13. Valor: R\$ 4.423.078,00. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de construção de escola padrão FDE com 12 salaes de aula. Responsável: Marcelo Fortes Barbieri -Prefeito Municipal. Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo.

Defiro a prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias nos termos requeridos no expediente protocolado sob o no TC-004217/026/17, a contar da data da publicação.

Publique-se.

Expediente: TC - 004216/026/17. Proc.: TC -

Contratante: Companhia do Metropolitano de São Paulo trô, por seu Advogado Eduardo Leandro de Queiroz e Souza OAB/SP nº 109.013. Contratada: Consorcio Trends/Poscon. Assunto: Requer vistas e extração de cópias

Defiro vistas e extração de cópias no Cartório, pelo prazo

de 05 (cinco) dias, a contar da publicação do presente, obedecidas as cautelas de praxe. Publique-se. Expediente: TC – 3802/026/17 (ref. ao TC – 21258/026/07).

Interessada: Construtora OAS S/A., por meio de seu repre-

sentante legal, Dr. Percival José Bariani Júnior OAB/SP n° 252.566 e Dr. André Guimarães Silva OAB/SP nº 375.567.

Assunto: Requerimento de prorrogação de prazo. Defiro o requerido pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação. Após, retornem os autos a este Gabinete.

Expediente: TC - 4567026/17 (Ref. TC - 058/026/13).

Interessada: Câmara Municipal de Franco da Rocha, Res-

ponsável: Valdir José da Silva (Presidente). Assunto: Retirada de processo da pauta para vista e a realização de sustentação oral. Advogado: Adilson Felipe Argentoni – OAB/SP nº 279.802.

Publique-se.

Indefiro o requerido, uma vez que conclusos os autos no Gabinete para ser pautados, nem o Interessado nem seu Procurador, manifestaram, à época, qualquer interesse quanto às manifestações encartadas nos autos após a juntada da defesa, fazendo-o, somente agora, quando dos autos em pauta.

A sustentação oral, em havendo interesse, deve obedecer às disposições do artigo 109 e 210, V do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Publique-se.

